

PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XI — N.º 116 — SÃO PAULO, ABRIL DE 1967 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248

O ESCÂNDALO DOS PASSAPORTES

Relatada à Comissão dos Direitos do Homem a Ação dos Consulados

"O Consulado Geral de Portugal nada tem a declarar sobre o assunto que lhe foi exposto. Para esclarecimento do "Jornal da Tarde" e dos seus leitores informa que a matéria de passaportes é objecto de legislação especial e está regulada pelos decretos-leis ns. 25.911, de 7 de Outubro de 1935; 46.557, de 28 de Setembro de 1965; .. 44.427 e 44.428 de 29 de Junho de 1962 e 46.747 e .. 46.748, de 15 de Dezembro de 1965. O decreto-Lei n.º .. 46.748 nos seus artigos 26 a 31 define a competência dos consulados portugueses nesta matéria".

(Declaração entregue pelo cônsul de Salazar em São Paulo ao "Jornal da Tarde" e publicada em 4/4/67)

Causou a maior repercussão entre a colónia portuguesa do

Brasil a denúncia feita pela Comissão Executiva da Unidade Portuguesa à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas sobre as arbitrariedades que os consulados portugueses do Brasil vêm cometendo, recusando sistematicamente passaporte aos democratas portugueses.

O documento, datado de 1 de março, é do seguinte teor:

Exmo. Sr. Presidente da Comissão dos Direitos do Homem

1. De modo sistemático, as autoridades consulares portuguesas do Brasil vêm recusando, desde 1959, a todos os cidadãos portugueses conhecidos pela sua oposição ao regime do sr. Salazar, a documentação necessária para se deslocarem ao exterior. Assim, o prof. Ruy Luis Gomes, ex-candidato à Presidência da República de Portugal, teve de recorrer várias vezes ao Mi-

nistério das Relações Exteriores do Brasil para obter passaporte do governo brasileiro, pois os consulados portugueses lho recusavam. Outros democratas portugueses, entre os quais o advogado Manuel Sertório, o comandante Sarmiento Pimentel, os jornalistas Paulo de Castro, Victor Cunha Rego e Miguel Rodrigues, receberam também negativas formais dos representantes consulares de Salazar ao solicitarem os passaportes a que tinham direito, segundo as próprias leis do Estado português.

2. A explicação fornecida pelos funcionários consulares é sempre a mesma: os nomes dos elementos que no Brasil combatem o regime de Salazar figuram numa lista enviada pelo Ministério dos Estrangeiros de Lisboa a todos os consulados portugueses existentes neste país, com indicações expressas de não lhes ser concedida documentação para viajarem.
3. Até crianças de poucos anos, filhos de democratas exilados têm sido atingidas pela medida que visa os pais. O mesmo acontece em relação às esposas das individualidades cujos nomes constam da referida lista.
4. Em certos casos, numa tentativa de ladear a questão, os cônsules portugueses informaram os interessados de que estavam autorizados a conceder-lhes, bem como às respectivas famílias, passaportes válidos exclusivamente para Portugal. O artifício não iludiu ninguém, pois era claro que se tratava de passaportes ditos para as prisões da Polícia Política (PIDE).
5. São incalculáveis os prejuízos morais e materiais que essa prepotência do governo português causa às individualidades atingidas pela medida, nomeadamente aos jornalistas, impedidos de cumprir no Exterior missões dos jornais onde trabalham.
6. Porque se trata de uma arbitrariedade que viola frontalmente todas as práticas internacionais e atenta de modo direto contra os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem da Carta das Nações Unidas, subscrita pelo governo português, a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa

PARA UMA CAMPANHA MUNDIAL

Poucas iniciativas dos democratas portugueses do Brasil alcançaram, nos últimos anos, tamanha repercussão como a denúncia feita pela UDP à Comissão dos Direitos do Homem da ONU sobre a sistemática recusa de passaporte pelos consulados de Salazar neste país aos antifascistas portugueses mais destacados.

A atenção que o documento da Unidade Democrática Portuguesa mereceu da imprensa brasileira levou o cônsul de Salazar em São Paulo a um gesto imprudente, a vir a público, em vã tentativa de refutar os fatos. E foi bom que assim procedesse o funcionário salazarista. Tanto as atabalhoadas "explicações" fornecidas à "Folha de São Paulo" como o inconcebível documento oferecido aos leitores do "Jornal da Tarde" vieram radicar na opinião pública brasileira a convicção de que os emigrados políticos portugueses estão sendo vítimas de uma prática discriminatória que viola frontalmente os direitos da pessoa humana. Primeiro, alegava o sr. cônsul a existência de três razões impeditivas da concessão de passaporte. Mas, ante a fragilidade e o absurdo dessa argumentação, os motivos para a recusa de documentação multiplicaram-se estranhamente. Agora, haveria incontáveis razões para o NÃO dos cônsules de Salazar aos democratas que solicitem passaporte. E isso em obediência a um amontoado de decretos-leis fascistas, cujos números e datas, o cônsul de São Paulo cita ao "Jornal da Tarde". Quanto ao resto, nada tem a declarar o representante do regime que há 40 anos oprime o povo de Portugal. Nem sequer o conteúdo dos famigerados decretos-leis. Estamos portanto em presença de uma confissão tácita. Incapazes de refutar a verdade, as autoridades fascistas, refugiam-se no mutismo invocando em defesa da sua conduta, moral e juridicamente indefensável, uma legislação cujo teor se abstém aliás de revelar à opinião brasileira.

Continuam os democratas portugueses, como era de esperar, impedidos de atravessar as fronteiras brasileiras, excepto se desejarem voltar a Portugal para serem presos pela PIDE. Mas nem por isso é menor a derrota que o fascismo português acaba de sofrer, vendo-se publicamente desmascarado. Não há exagero na afirmação de que o chamado caso dos passaportes já adquiriu as proporções de um escândalo internacional. As agências noticiosas já se lhe referiram e numerosos jornais registaram a iniciativa da UDP junto da Comissão dos Direitos do Homem. Vários núcleos da emigração democrática portuguesa, que vêm também sendo alvo de medidas discriminatórias semelhantes por parte dos consulados salazaristas, não só emprestaram a sua irrestrita solidariedade aos antifascistas portugueses do Brasil como se prepararam, por sua vez, para denunciar internacionalmente as violências consulares que os atingem.

"Portugal Democrático", cuja equipe se honra de figurar na lista negra do Ministério dos Negócios Estrangeiros associa-se plenamente à campanha em curso. É necessário levar ainda mais longe o desmascaramento das autoridades fascistas. Para isso, todos os democratas antifascistas devem comparecer, em todo o Brasil, nos consulados de Salazar e solicitar ali passaporte. E, quando fôr o caso, para as respectivas famílias, pois já se registaram casos de recusa de documentação a mulheres e crianças. Cada recusa deve ser imediatamente comunicada à imprensa brasileira e às organizações democráticas portuguesas no Brasil. É preciso que "a batalha do passaporte" se transforme numa grave derrota internacional para Salazar. O que aconteceu em São Paulo deve repetir-se no Rio, em Recife, em Belo Horizonte, na Bahia, em Curitiba, em Santos, em Caracas, em Montevideu, em Toronto, em Montreal, em Nova York, em Buenos Aires, em Paris, em Bruxelas, em Londres, em Roma e noutras cidades onde existem núcleos da emigração democrática portuguesa. A ajuda que a Rádio "Portugal Livre" e a Rádio "Voz da Liberdade" podem dar a essa campanha é inestimável, da mesma forma que a colaboração que estão em condições de dispensar-lhe os Comitês pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos.

Os consulados salazaristas podem e devem ser desmascarados. Exilados portugueses, democratas perseguidos pela ditadura, acorrei aos consulados fascistas, pedi os passaportes a que tendes direito. Depende de vós que a derrota sofrida por Salazar em São Paulo assumia carácter internacional.

PORTUGAL
DEMOCRATICO



Com a morte de Fidelino de Figueiredo perdeu a cultura portuguesa uma das suas mais altas figuras (ver pág. 2)

(Cont. na página 4)

Colonialismo e Anticolonialismo Fidelino de Figueiredo

Angola

Notícias que nos chegam de Dar-Es-Salaam, de Brazzaville e de Lusaka, enviadas pelos nossos correspondentes, dão conta de um constante fortalecimento do Movimento Popular de Libertação de Angola em todas as frentes de luta em que os patriotas angolanos enfrentam o aparelho militar colonialista.

Em primeiro lugar, cabe salientarmos que a opção revolucionária do governo do Congo-Brazzaville abriu decisivamente novas perspectivas ao MPLA. Com as frentes de combate da I.a Região, em Namboagongo, e da III.a Região, no Sudeste do País, a direção da luta armada acha-se firmemente nas mãos daquele Movimento. Estudantes universitários, "assimilados" chegados do interior de Angola, operários de várias indústrias de transformação, enfermeiros e até mulheres corajosas encontram-se nessas regiões inhóspitas, vivendo nas mais difíceis condições, mas lutando com um entusiasmo impressionante.

A primeira preocupação do MPLA, cuja unidade se encontra inteiramente refeita, é a organização das várias frentes de luta e a elevação do nível político e revolucionário do povo, no interior do País. Uma prova dos progressos realizados, no aspecto técnico, é a organização de hospitais de campanha para os combatentes, na longínqua fronteira de Zâmbia. Enfermeiros estão sendo preparados para ministrarem os primeiros socorros no seio da própria guerrilha.

O Estado Maior do Exército Português em Angola viu-se obrigado a enviar reforços para aquelas zonas, particularmente nos distritos de Moçico (próximo da fronteira com a Zâmbia) e de Cuando Cubango, próximo da fronteira com o Sudeste Africano (território sob controle da África do Sul). Nesta última zona os paraquedistas e soldados portugueses têm colaborado com as forças da polícia sul-africana, que se servem de helicópteros na sua perseguição aos nacionalistas angolanos e na vigilância de fronteiras.

O distrito de Moçico tem uma população composta de 3.432 colonos portugueses, 1.267 mestiços e 261.749 africanos, enquanto o distrito de Cuando Cubango tem apenas 314 colonos, 98 mestiços e 112.622 africanos.

Os nacionalistas angolanos não têm sabotado a linha de caminho de ferro de Benguela, dado que ela funciona como escoadouro do cobre exportado da Zâmbia, país onde eles possuem algumas bases de operações.

ESTUDANTES PRESOS

Confirma-se a prisão de três estudantes da Universidade de Lisboa detidos quando se encontravam a passar férias em Angola com as famílias (Artur, Moraes — que já em 1964 havia estado preso — e Faria). Consta que foram enviados para Lisboa.

CONFERÊNCIA NAS UNIDADES SOBRE A GUERRA COLONIAL

O quartel general da segunda região militar (Tomar) determinou que 3 oficiais que estiveram nas guerras coloniais, fizessem uma série de conferências nas diferentes unidades da região, acerca dos vários tipos de emboscadas a que as tropas colonialistas estão sujeitas.

Na conferência de Santa Margarida, o oficial conferencista afirmou que "o MPLA era o movimento mais bem organizado, com melhor material de guerra e com uma perfeita preparação dos seus homens." Con-

firmou ainda que o MPLA estava a actuar em Cabinda e na região fronteiriça com a Zâmbia.

REBELIÃO EM NOVA LISBOA

Em Nova Lisboa os soldados presos que se encontravam incorporados no exército português, passaram armas aos combatentes do MPLA. Planejaram uma revolta dentro do quartel parece que com a ajuda de alguns brancos. Não se sabe ao certo se teria chegado a haver uma tentativa de revolta, tendo sido fuzilados os revoltosos, ou se foram conhecidos os planos de revolta, tendo sido presos alguns dirigentes. A ANI confirmou a notícia, porém reduzindo o fato a simples "roubo de uma pistola".

COMO EM CASA...

LOBITO, Angola (ANI) — "Tnho procurado esclarecer o meu governo acerca da realidade angolana" — declarou o Cônsul-Geral dos Estados Unidos em Luanda, Godfrey Summ, em entrevista concedida ao Rádio Clube do Lobito, durante a sua visita a esta cidade.

"Encontro-me em Angola há um ano e meio e sinto-me como em casa" — acrescentou o Cônsul-Geral norte-americano. "Estive no Lobito e em Benguela o ano passado, numa visita muito rápida, e desta vez quis prolongar a minha estada, para conhecer melhor esta terra e a sua gente acolhedora. E a impressão das suas gentes e das suas atividades é das melhores".

Interrogado, depois, sobre a atitude de vários países ocidentais para com Portugal e para com a política ultramarina portuguesa, o sr. Godfrey Summ deu a seguinte resposta ao locutor do Rádio Clube de Lobito:

"Os problemas de relações internacionais nem sempre são tão simples como poderia parecer. Há alguns anos existia diferença de critérios sobre os problemas de Angola. Agora posso dizer que a meu ver, em cada dia que passa os países aliados estão a chegar a uma compreensão deste problema, mais completa e mais objetiva".

DIVERSAS

Numa só emboscada montada pelos patriotas do MPLA na Frente Oriental, morreram 26 militares. Comentário de um furiel que veio de lá: "isto agora é guerra a sério; parecem os guerrilheiros do Vietnam do Sul".

Todos os aviões da Força Aérea que actualmente se encontram em Angola já ultrapassaram os limites de segurança devido às inúmeras horas de voo. No entanto ainda não foram revistos porque tal revisão está calculada em cerca de 200 mil contos, e os altos comandos dizem que não há verbas. Nem mesmo está previsto quando será feita a revisão.

Guiné

PRISÃO DE OFICIAIS

Foram presos 15 oficiais (militares e de patente mais elevada) que se encontravam já nos aviões para se evadirem.

SCHULTZ

O nazi Schultz, governador da colónia, viu-se a Lisboa acompanhado de um grupo de oficiais. Ao que parece foi comunicar que a situação só se pode resolver com negociações. As forças fascistas na Guiné estão quase reduzidas a Bissau. Por ironia, alguns oficiais de licença em Portugal, já só falam "da Colónia de Bissau".

MORALIZAÇÃO E CORRUPÇÃO

A desmoralização é intensa, não só entre os soldados, mas também

entre os oficiais e até oficiais superiores. Há dezenas de oficiais com "autos" de corpo de delito (por quebra de disciplina). Por exemplo, no decorrer de certas acções tem havido oficiais que se ausentam da frente de batalha outros que no meio do tiroteio se metem numa viatura e fogem para Bissau e, finalmente outros têm-se apresentado no hospital alegando "hérnias" "inguas", "reumáticos" etc... A par com desmoralização, reina a corrupção, havendo o caso de certo brigadeiro que "desviou" para sua casa um equipamento de ar condicionado destinado a um hospital.

Moçambique

A caminho de uma independência unilateral?

Lourenço Marques (Do Correspondente) — Segundo algumas fontes de informação dignas de crédito sabe-se que um grupo de personalidades, entre as mais influentes da administração colonial — especialmente oficiais superiores do Exército e da Polícia — encaram para Moçambique uma independência do tipo rodésiano, no caso de uma mudança de orientação política de Lisboa, devida a um provável afastamento ou à morte do presidente do Conselho, António Salazar.

Tais elementos teriam o apoio de financeiros portugueses e dos governos de Rodésia e África do sul.

PRISÃO DE GOVERNADOR

O Governador do distrito de Manica e Sofala (Beira) chegou há tempos a Lisboa. Ao que parece está sob prisão. Não se conhecem os motivos.

INTENSA ATIVIDADE MILITAR

Os noticiários da ANI assinalam intensa atividade dos combatentes da FRELIMO nos distritos de Niassa e Cabo Delgado. Apesar da forma tendenciosa em que são vertidas as notícias, a fim de diminuir a importância da atividade guerrilheira, os inúmeros locais mencionados como focos da atuação dos patriotas atestam a enorme expansão e intensidade ganhas pela guerra de libertação nos últimos meses.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

"VOTANDO COM OS PÉS"

O dr. Salazar, esse veterano professor de Economia, teve oportunidade de ler esta semana os resultados de uma pesquisa publicada pela Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OECD) sobre a economia portuguesa, o que, provavelmente, não afetará a sua política económica. Embora Portugal tenha obtido algum modesto progresso nos últimos anos, ainda estava com um produto nacional bruto de apenas 408 dólares "per capita" em 1965, o que o faz, com grande diferença do segundo colocado, o país mais pobre da Europa, com a possível exceção da Albânia (e ainda mais pobre que a Albânia, de acordo com as estimativas algo diferentes do Banco Mundial, que dão a Portugal um produto nacional bruto de \$340 "per capita" para o mesmo período).

A receita da OECD para o dr. Salazar é para que ele reduza os impostos, aumente o volume das despesas e elimine a massa de controlos pormenorizados e directos sobre a economia, "incompatíveis com os requisitos

Faleceu em Lisboa, no dia 20 de março, o Professor Fidelino de Figueiredo. Nasceu naquela cidade, em 20 de junho de 1888, contava à data da sua morte 78 anos. Diplomou-se em 1910 pelo antigo Curso Superior de Letras depois Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A sua actividade como intelectual particularmente empreendedor, manifestou-se desde muito cedo. Em 1912 funda uma revista científica, a Revista de História, que dirige até 1928. Exerce entre 1914 e 1927 vários cargos no antigo Ministério de Educação Pública. Foi também, na época, ... 1918-1919, e depois em 1927, Director da Biblioteca Nacional de Lisboa. Em 1918 foi eleito deputado, tendo exercido o mandato apenas até 1919, tomando então pela primeira vez o caminho do exílio — após o assassinio do ditador Sidónio Pais. O seu segundo exílio data de 1927, após o golpe militar que fez desaparecer em Portugal a República Democrática. Fidelino de Figueiredo foi então preso e deportado pela Ditadura Militar victoriosa.

O exílio leva Fidelino de Figueiredo às mais variadas partes do mundo, exercendo em muitas delas o magistério superior. Foi Professor da Faculdade de Filosofia e Letras de Madrid, foi Professor da Universidade Nacional do México, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América do Norte, foi Professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, foi Professor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Ao longo dos anos, na sua digressão pelo mundo, Fidelino de Figueiredo, historiador da Literatura e da Cultura, reali-

zou, com uma tenacidade sem igual, uma das obras mais importantes da História da Cultura Portuguesa, não só pela qualidade, como também pelo volume: mais de uma meia centena de livros deixa publicados o grande português.

São numerosíssimas também as sociedades científicas de que fez parte: Instituto de Coimbra, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia das Ciências de Lisboa, Sociedade Menendez y Pelayo de Santander, Real Gabinete Português de Leitura, membro da Real Academia de História de Madrid, da Academia de História de Cuba, da Academia Nacional de História de Buenos Aires, da Hispanic Society of America de Nova-York, da Academia Carioca de Letras do Rio de Janeiro, membro honorário do Liceu Literário do Rio de Janeiro, sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras.

Na sua passagem pelas Universidades dos mais diversos países do mundo, não podemos deixar de lembrar a sua acção no Brasil, e particularmente em São Paulo, onde foi o melhor Embaixador de Portugal e da Cultura Portuguesa. Privado pelo obscurantismo salazarista da Cátedra a que em Portugal como poucos, tinha direito, Fidelino de Figueiredo soube — como só talvez o tenha sabido fazer outro exilado, Jaime Cortesão —, trabalhar, incansavelmente, durante quase toda uma vida, pela verdadeira Comunidade Luso-Brasileira.

São homens como Fidelino de Figueiredo que preparam o Portugal do futuro, o Portugal de um futuro próximo: um Portugal livre, à altura das suas mais gloriosas tradições.

Ainda há pouco imobilizado numa cadeira da sua casa de Lisboa, sem já poder falar, tendo perdido a vista, o grande patriota, o grande Professor que foi Fidelino de Figueiredo, não esquecia o seu dever de intelectual e de democrata protestando contra os dislates inquisitoriais de tirania salazarista.

Portugal Democrático associa-se à grandiosa manifestação de pesar que constitui o seu funeral em Lisboa.

Portugal Democrático não esquece, nesta hora, os amigos e a família de Fidelino de Figueiredo; em especial o Professor Soares Amora, Director do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade de São Paulo e Professor Catedrático de Língua e Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, assim como Dona Helena Soares Amora, o arquitecto João Fidelino de Figueiredo e o economista Nuno Fidelino de Figueiredo.

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

(Cont. na pág. 6)

Novas e comentários

1967: 8 Milhões de Contos Para a Guerra

A Lei de Meios e o Orçamento Geral do Estado para 1967 foram confirmar aquilo que tantas vezes temos afirmado: a transformação da guerra colonial em eixo da política financeira do governo fascista português!

De acordo com a proposta da Lei de Meios os gastos realizados com a política de guerra ascenderam em 1966 a 7 milhões e 705 mil contos, ou seja algo mais do que 50% das receitas gerais do Estado. A intensificação da escalada bélica fascista em África, onde a abertura de nova frente do leste angolano, absorve crescentes recursos em homens e dinheiro, traduzir-se-á no ano corrente num notável aumento de despesas. Dispõe-se o governo a gastar no setor militar nada menos de 8 milhões e 73 mil e 500 contos, aproximadamente 300 milhões de dólares, dos quais 5 milhões e 147 mil contos sairão das despesas extraordinárias. Embora o rio de dinheiro arrancado ao povo português seja canalizado principalmente para a guerra de África, uma parte desprezível destina-se a "investimentos" metropolitanos. Para a base alemã de Beja, por exemplo. Ao milhão de contos já enterrados em Beja para servir o militarismo prussiano acrescentar-se-ão este ano 400.000 contos. Grande parte do povo da velha cidade alentejana habita em tugúrios insalubres, mas o mesmo governo que acha essa situação perfeita e normal não se peja de empregar que as obras do bairro residencial da base alemã absorver 200.000 contos... Por outro lado, as despesas gerais com o "Pacto do Atlântico", isto é os compromissos com os aliados que sustentam a escalada nas colónias ascenderão a 352 mil contos, incluindo 105.000 na rubrica "obras militares".

As grandes vítimas dessa política, que apenas serve os interesses dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais, são as massas trabalhadoras. E' sobre as massas laboriosas que cai o peso maior das cargas fiscais impostas pela escalada. As receitas gerais do Estado elevaram-se em 1966 para 20 milhões e 206 mil contos, acusando um aumento de quase 4 milhões de contos em relação ao ano transcurso. Mas para que se avalie o que ponto a política tributária é orientada contra o povo, basta lembrar que os impostos sobre os rendimentos de capitais que em 1966 haviam sido orçados em 150.400 contos ascenderão este ano apenas mais a 700 contos.

Vassalagem ante os Monopólios

A política de guerra é, obviamente, indissociável da aliança com os monopólios estrangeiros e nacionais. Enquanto o povo se alimenta deficientemente, enquanto o famigerado imposto

de transações veio elevar os preços de artigos de amplo consumo, esmagando os orçamentos familiares, enquanto se trama novo aumento do pão e do leite, o governo fascista destina 2 milhões 145 mil e 400 contos para financiar os monopólios. Por despacho de 1 de abril de 1966, o govêrno fez uma emissão de promissórias de fomento nacional no valor de 700.000 contos para subsidiar os empreendimentos capitalistas integrados no chamado Plano Intercalar de Fomento, cujos principais aspectos já foram analisados pelo nosso jornal. Posteriormente, foi feita nova emissão, no montante de 109.000 contos, para financiamento dos monopólios que dominam o setor energético. E o Banco Mundial colaborou por sua vez com dois empréstimos de 840.000 com o mesmo objetivo.

Guerra colonial, vassalagem completa ante os monopólios, desequilíbrio alarmante da balança comercial, tudo, na política de traição do fascismo levou o País à beira do caos económico e financeiro. Nunca a solidez do escudo assentou sobre bases mais frágeis e artificiais. Num país onde metade da população é analfabeta e boa parte anda descalça, onde a renda "per capita", como lembra o "Economist" de Londres, é a mais baixa da Europa, a Dívida Pública eleva-se presentemente à soma alarmante de 32 milhões de contos (mais de um bilhão e cem milhões de dólares!). Só os juros e demais encargos dessa dívida colossal obrigam o govêrno a gastar anualmente mais de dois milhões de contos!

O govêrno que atira para África a juventude, que esmaga as classes trabalhadoras com salários de fome, que arruína a pequena e a média lavoura, que delapidada numa guerra monstruosa as riquezas nacionais, que não constroi escolas e hospitais, que persegue a cultura e prende intelectuais, que sobrevive graças ao turismo, aos dinheiros da emigração e a empréstimos leoninos, esse mesmo govêrno a serviço dos monopólios encontra ainda artes de desviar os fundos das Caixas de Previdência para o financiamento dos planos económicos capitalistas!

Ao que chegou Portugal sob o consulado fascista de Salazar!

O Papa não Irá a Fátima

A indicação pelo Papa do Cardeal D. José da Costa Nunes como seu representante nas grandes solenidades que os católicos portugueses preparam para assinalar o cinquentenário dos acontecimentos ocorridos em Fátima em 1917, assinalou uma das maiores derrotas diplomáticas sofridas pelo fascismo português nos últimos anos. Nenhuma deve ter sido mais dolorosa para o seráfico ditador de Santa Comba.

"Portugal Democrático", em comentário dedicado ao assunto, havia denunciado oportunamente os esforços desesperados de Salazar junto da Secretaria de Estado do Vaticano para que

Paulo VI se deslocasse a Lisboa em Maio, a fim de presidir pessoalmente às cerimónias de Fátima.

O Papa em Portugal seria uma vitória extraordinária para o fascismo.

A simples presença de Paulo VI ao lado de Salazar, a sua benção ao ditador, equivaleria à aprovação por Roma da guerra colonial, da estrutura fascista do Estado português, de quarenta anos de terror policial. Compreende-se a ansia com que o velho e decadente autocrata aguardou a decisão do chefe da Igreja Católica.

Essa decisão representou uma derrota para o fascismo. O Papa não estará presente em Fátima, o ditador não terá oportunidade de se ajoelhar sorridente e untuoso a seus pés, solicitando-lhe a benção para os seus crimes.

Salazar não contou com os católicos portugueses, com a sua coragem, com a sua lucidez. A eles, sobretudo a eles, devemos agradecer a vitória que é de todo o povo de Portugal. Paulo VI não se deslocará a Fátima porque os católicos de Portugal eram eles próprios contrários à visita. As sondagens foram feitas, prolongaram-se, atingiram as mais variadas camadas da população. Na própria América do Sul, um representante do Pontífice chegou a abordar o caso, colocando a hipótese da visita. E não é levemente que representantes qualificados do Vaticano abordam perante a imprensa assuntos tão delicados.

Paulo VI, como fino diplomata que é, compreendeu que a ida a Fátima provocaria não apenas críticas veementes no plano internacional como, ainda e sobretudo, a mágoa profunda dos católicos portugueses mais dinâmicos e esclarecidos. A sua presença, em vez de unir a chamada família católica portuguesa iria dividi-la irremediavelmente.

O fato concreto aí está, para humilhação e vergonha do beato de Santa Comba: O Papa, que foi à Índia, a Jerusalém, à ONU, não irá a Fátima. Nomeou para o substituir, como seu legado "a latere", um cardeal português, hoje vice-camerlengo da Santa Sé. Mas a consolação foi tão fraca para Salazar que, despeitado, ordenou que a decisão papal, fosse noticiada pela imprensa sem relevo, como fait divers...

Suécia Contra Salazar

A Suécia viveu, como muitos outros países europeus, durante as últimas décadas, numa ignorância quase total do que fosse o fascismo português. A opinião pública pouco ou nada sabia a respeito de Portugal. As raras vezes em que a imprensa, a rádio ou a televisão abordavam questões portuguesas faziam-no em iniciativas de propaganda pagas pela Embaixada de Portugal ou pelo SNI.

Essa situação modificou-se nos últimos anos. Após o caso do "Santa Maria" a opinião pública suécica manifestou um interesse maior pelas coisas portuguesas, interesse que se traduziu aliás por um acréscimo no número de turistas entrados em Portugal. Simultaneamente, a imprensa principiou a dedicar maior atenção ao problema político português. Para isso, justo é salientá-lo, contribuiu apreciavelmente um jovem jornalista islandês, Haldor Sigurd-

son, autor de uma importante reportagem sobre o Portugal fascista dos nossos dias publicada em numerosos jornais escandinavos. A divulgação de duras verdades sobre o paraíso das "Casas Brancas" de Salazar valeu a Sigurdson a proibição de voltar a Portugal, mas foi o ponto de partida para a tomada de consciência do povo suéco em relação ao regime fascista português. Formaram-se posteriormente entidades para esclarecimento da opinião pública e para solidariedade aos presos políticos. Os resultados da sua ação excederam a melhor expectativa. O Partido Liberal tomou recentemente a iniciativa de apresentar no Parlamento uma proposta formal para exclusão de Portugal da EFTA, na qual é um dos associados da Suécia. O Govêrno, é verdade, rejeitou a proposta, mas o debate que se travou a respeito deixou claro que as relações entre a Suécia e o Portugal de Salazar se acham em fase extremamente delicada. Tão delicada que o ministro Franco Nogueira se viu forçado a declarar que o seu govêrno buscará outros países para comerciar se as relações com a Suécia piorarem. Comentando o discurso do ministro salazarista, o "Expressen", de Estocolmo, em artigo intitulado "O ditador protesta", escreve: "Esperemos que os portugueses façam realmente isso. Dessa forma forçarão o govêrno da Suécia a reconsiderar sua política em relação a Portugal".

A prova de que entre Lisboa e Estocolmo as coisas estão mal paradas, temo-la numa correspondência enviada para um jornal brasileiro pelo sr. Santana Mota, conhecido "pombo correio" do fascismo português. Escreve o referido plúmifio que "os jornais, a rádio, a televisão e até o teatro suécicos se têm ocupado de há uns meses para cá, e um tanto desprimorosamente, de coisas de Portugal. O tema obrigatório, já se vê, é o da política ultramarina portuguesa, que os suécicos classificam pura e simplesmente de "abominável". E acrescenta, contristado, o sr. Mota: "agora a campanha de hostilidade já extravasou do setor particular dos jornais, da rádio e da Tv, ganhando surpreendentemente os escalões oficiais".

Cabe aqui registrar a gratidão dos democratas portugueses pela magnífica e crescente solidariedade da imprensa, dos parlamentares e, de modo geral, da opinião pública da Suécia à luta do povo português.

José Vitoriano Símbolo de Luta

A campanha para a libertação de José Vitoriano foi das mais difíceis, tenazes e belas que os democratas portugueses têm sustentado na sua luta em defesa dos presos políticos e contra o terror policial fascista.

José Vitoriano já cumprira a sua pena e, não obstante, a PIDE recusava-se a libertá-lo. Tudo estava preparado para a decretação de novo período de "medidas de segurança" quando os democratas portugueses desencadearam, interna e externamente, uma campanha que não tardou a ganhar expressão mundial. E o fascismo, uma vez mais teve de ceder, abrindo as portas da prisão ao grande patriota.

José Vitoriano acha-se hoje em liberdade. E fóra de Por-

tugal, pois os seus amigos, como medida de precaução contra qualquer manobra lôrpe da PIDE, aconselham-no a atravessar a fronteira.

Militante operário, cuja luta em defesa da liberdade e da dignidade do homem português se converteu numa bandeira de combate para seus companheiros, seu primeiro impulso foi testemunhar a sua imensa gratidão às entidades sindicais de todo o mundo, que tão insistentemente batalharam para o arrancar das garras da PIDE.

Nessa sua romagem de gratidão esteve o Sr. Vitoriano em Praga, sede da Federação Sindical Mundial cujos apelos aos Sindicatos de todos os continentes foram o fator decisivo da amplitude rapidamente assumida pelo movimento. E, quer em entrevistas pela rádio, quer em atos públicos, José Vitoriano tem sabido como revolucionário autêntico que é, como grande patriota, servir a causa do povo português. O eco das suas veementes denúncias sobre o que se passa atrás dos muros dos sinistros presídios da PIDE — e ele como ninguém tem autoridade para depor sobre esse universo de terror — ressoa de uma ponta a outra do mundo civilizado, entre as mesmas massas trabalhadoras que o arrancaram do cárcere. Exemplo, quando preso, pela serena coragem de que sempre deu provas, exemplo continua a ser, agora livre, pela prontidão e coragem com que retomou a luta.

LEIA:

Missão em Portugal	
Alvaro Lins	3,
Resistência em Portugal	
Dias Coelho	2,
Guerra em Angola	
Mário Moutinho de Pádua	0,5
Memórias do Capitão (1.º)	
Com. Sarmento Pimentel	2,
Salazar visto do Brasil	
Diversos	1,7
Tufão em Portugal	
General Humberto Salgado	1,5
Portugal e o Fim do Ultracolonialismo	
Perry Anderson	2,
Quando os Lobos Julgam a Justiça uiva	
Defesa de Aquilino Ribeiro	0,4
Pedidos ao Dep. de Livros do Jornal "PORTUGAL DEMOCRÁTICO". Preços para o Exterior com portes incluídos. Pede-se a remessa do valor antecipada.	

Pietro Nenni contra Salazar

Realizou-se em Roma, uma reunião dos grandes responsáveis políticos dos Partidos Socialistas Europeus, com a presença dos chefes do govêrno da Suécia e da Dinamarca, dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Alemanha e de Inglaterra, do secretário geral do Partido Socialista francês sr. Guy Mollet, do Sr. Pitterman, Presidente da Internacional Socialista, do sr. Kreisky, chefe do govêrno austríaco e do sr. Pietro Nenni, vice-presidente do govêrno italiano.

O vice-presidente Pietro Nenni atacou com veemência os regimes fascistas de Portugal e da Espanha e convidou os Partidos Socialistas Europeus a apoiarem as oposições anti-fascistas portuguesa e espanhola.

O ESCÂNDALO DOS PASSAPORTES

(Continuação da página 1)

sa, interpretando o sentimento de indignação dos democratas portugueses residentes no Brasil, tem a honra de solicitar de V. Exa. que, de acordo com as alíneas "b" e "e" do § 2 da Resolução 728 F (XXVIII do Conselho Económico e Social da Organização das Nações Unidas) submeta os fatos relatados neste documento à apreciação do plenário da Comissão para que o mesmo deles tome conhecimento e aja em conformidade.

Assinaram o documento, pela Comissão Executiva da UDP, os nossos companheiros Joaquim Barradas de Carvalho, Manuel Moura, Carlos Neves e Alexandre Pereira.

REPERCUSSÃO

A imprensa brasileira noticiou com destaque a iniciativa da Unidade Democrática Portuguesa, o que contribuiu para levar o assunto ao conhecimento de todos os setores da colónia portuguesa.

A Embaixada de Portugal, como era de esperar manteve-se — pelo menos até ao momento em que redigimos estas linhas — silenciosa.

Fóra do Brasil, a reacção à prepotência salazarista foi extremamente viva, principalmente nos países onde há fortes núcleos de emigração portuguesa. Vários órgãos de imprensa estrangeira referiram-se já ao assunto e vai tomando forma uma campanha internacional de protesto contra a prática discriminatória dos consulares fascistas. Chega-nos também a notícia de que alguns Comités pró-Amnistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses decidiram emprestar a sua solidariedade a essa campanha.

A Solidariedade da "Semana Portuguesa"

Com o título "A OUTRA PRISÃO FASCISTA" publicou a "SEMANA PORTUGUESA", o artigo que a seguir transcrevemos:

A posição falsa e insustentável a que o governo fascista de Portugal obriga os emigrantes que não escondem as suas afirmações democratas, pela negação sistemática da renovação dos passaportes que legalmente possuem ou a emissão de novos passaportes quando aqueles caducam, numa tentativa de confinamento estéril, e que nega e ignora os direitos inalienáveis que lhes assistem como cidadãos portugueses que são, tem de ser denunciada sem desfalecimentos e sem renúncias. A miserável perseguição a que são sujeitos todos os portugueses que não aceitam as grilhetas do fascismo. A ainda mais miserável perseguição de que são vítimas os seus familiares, numa afirmação de feroz e absoluta falta de sentimentos humanos. A desesperada atitude de crueldade selvagem, na ânsia de acuar a quantos se negam a aceitar a subhumana condição de escravos da política traidora dos mais humildes

ditames de válido e honesto ideal pátrio. O incomensurável atropelo de todas as leis que regem os homens e os seus direitos têm de ser enfrentados com a ombridade e a coragem a que os democratas portugueses habituaram o mundo. E' chegada a hora de apelarmos todos e em todos os cantos do universo onde vivemos exilados, desprotegidos, combatidos, à margem do mundo que nos cerca. E a luta é de todos quantos à custa de todos os sacrifícios, de todas as pequenas heroïcidades cotidianas temos mantido aceso o facho da liberdade pelo qual milhões de homens, mulheres e crianças de todos os países do mundo tomaram na última guerra mundial. Não podemos continuar a permitir que a cegueira de poder de um ditador incoerente e incapaz, que arrasta o nome da nossa pátria pelos lodajais da desonra e da ignomínia universais, continue violando, irrandu, desprezando impunemente quantas responsabilidades aceitou nas suas coligações com a ONU, a OTAN — e com todas as organizações internacionais criadas para salvaguarda da liberdade e dos direitos humanos. E' mister que nossas vozes, que não são tão poucas, nem tão fracas como êle desejava que fossem, se façam ouvir em todos os momentos, em todos os lugares da terra, clamando pelos direitos inalienáveis que nos pertencem como portugueses, como homens, como seres humanos que somos e sabemos ser. Não poderemos, sem que nos neguemos a nós próprios, permitir que um mau português nos empurre para uma naturalização que não desejamos, mas que se nos apresenta como único caminho para não pactuar, para não aceitar a renegação da nossa terra mãe, de cumplicidade com aqueles que há muito a renegaram a atraçoaram, a vilipendiaram. Não o poderemos aceitar, nem o aceitaremos jamais! É necessário neste momento crucial da nossa existência como portugueses, que todos nós, por nós próprios e por intermédio de todas as influências ao nosso alcance, levantemos a voz universal de quantos conhecem e condenam as repressões que sofremos, na ONU, e em todas as organizações mundiais seja qual for o seu fim e o seu efeito. Que todos possam julgar e condenar os "governantes" capazes de todas as ignomínias, de todos os atropelos, de todas as atrocidades para efectivarem a perseguição, a baixa vingança, a quantos se opõem aos seus funestos designios. Nós sabemos que êles não recuam, nem recuarão a todos os crimes a todas as violências, desde a chantagem com os nossos familiares, até ao assassínio cobarde e traiçoeiro de quantos considerarem mais incômodos. Nós sabemos que temos de enfrentar armas e processos que nos negaremos sempre a empunhar ou a usar. Mas o nosso ideal a nossa certeza na vitória, hão-de levar-nos até ao fim, vitoriosos, embora certos que deixaremos atrás de nós o mais dorido dos rastros: a liberdade e as vidas de quantos hão-de ficar pelo caminho às mãos desalmadas e assassinas dos nossos inimigos. Nós chegaremos ao fim com as mãos limpas de sangue e de violências. Mas chegaremos se nos unirmos e lutarmos

sem desfalecimentos na grande e heróica tarefa que se nos impõe.

A "Semana Portuguesa", que cada dia que passa mais se afirma, em coerência e actividade, como o necessário porta-voz dos democratas portugueses do Brasil, cabe a responsabilidade de condensar e projectar este importante movimento. E sabemos que podemos contar com o seu apoio!

O Cônsul Bota Fala

A "Folha de São Paulo" que noticiara com destaque, a ini-

O Eng.º F. Vidal conta como lhe foi negado passaporte

Publicamos abaixo as respostas enviadas pelo eng. Francisco Vidal, conhecido democrata português residente no Rio de Janeiro, ao questionário que lhe enviamos a respeito da recusa de passaportes pelos Consulados de Salazar no Brasil.

P — Que pensa a respeito da iniciativa da UDP junto da Comissão dos Direitos do Homem?

R — E' fóra de dúvida que se trata de uma iniciativa da maior oportunidade, oportunidade que aliás não deixou nunca de ser actual de há quarenta anos para cá, ou seja desde que a negregada ditadura implantada pelo Estado Novo em 28 de Maio de 1926, espesinou na nossa terra, e de maneira total, os mais comecinhos Direitos do Homem, desse infeliz e aviltado Homem Português que hoje passados que são quarenta anos do mais anti-humano regime discriminatório, não tem sequer o direito de pensar.

Francamente confessamos não compreender como o mundo — observado em toda a sua grandeza que, porque os extremos se tocam, parece ser também inteiramente eivado de miséria — admite que subsistam situações como a que existe em Portugal, onde há muito os "donos do poder" fizeram tábua rasa de todas as liberdades e de todos os direitos, por menores que eles fossem.

Não se compreende que após quarenta anos de segregação dos portugueses se vejam êstes ainda obrigados, em obediência a uma política irrealista e estéril, a combater nas colónias, onde se perde a mocidade lusitana, fazendo uma guerra sem quartel apenas para satisfação pessoal do tirano e de seus megalómanos sonhos — além da salvaguarda dos interesses das oligarquias que o apoiam — destruindo inteiramente o que ainda poderia salvar-se no campo da lusitanidade, sem dúvida perene em muitos dos povos dominados, sacrificando assim a Pátria e o Futuro.

P — Quando lhe foi recusado passaporte e em que circunstâncias?

R — Há alguns anos atrás — creio que por 1961 ou 1962, não porque ainda acreditasse que os chamados representantes do poder central possuíssem qual-

ciativa da Unidade Democrática Portuguesa publicou em sua edição de 15 de Março a matéria que abaixo reproduzimos:

"O sr. Luís Eduardo Soares de Oliveira, consul-geral de Portugal em São Paulo, refutou as acusações feitas pela Unidade Democrática Portuguesa, em comunicado dirigido à ONU, segundo as quais as autoridades consulares portuguesas no Brasil estariam recusando-se a expedir a documentação necessária para que cidadãos portugueses possam viajar para o Exterior.

Disse o consul-geral que a documentação é encaminhada, desde há muito, apenas para pessoas que estão em situação

regular no país. Para quem está residindo irregularmente no Brasil, com passaporte de turista, em débito com o serviço militar ou condenado em Portugal, por crime de qualquer espécie, o visto só é dado para este país, onde a situação deverá ser regularizada, de acordo com a lei portuguesa.

O comunicado da comissão executiva da Unidade Democrática Portuguesa dizia, ainda, que até crianças de pouca idade, filhas de exilados, foram atingidas pelos entraves oferecidos à obtenção dos documentos, e que os familiares dos interessados em sair do Brasil só poderiam fazê-lo se fossem para Portugal."

quer ângulo de visão fora do permitido pelas lentes do ditador, mas porque não desejávamos concluir nada à priori sem ter a prova provada da imbecilidade da horda que há muito domina a nossa terra — dirigimo-nos ao Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro para solicitar passaporte. Amavelmente atendidos, diga-se de passagem, pelo então Vice-Cônsul Sr. J. J. Diniz, fui informado que o Consulado desta cidade era detentor de uma lista de romes — lista que havia sido remetida por Lisboa — entre os quais soube com muita honra que constava o meu, de portugueses a quem deveria ser recusado in limine o mais modesto dos direitos — o de receber passaporte — pelo fato de serem democratas, não concordando com a ditadura implantada na nossa terra há quarenta anos. Foi-me dito, pelo mesmo sr. Diniz, que o meu passaporte me seria concedido — et pour cause — se quisesse voltar a Portugal, mas apenas com esta finalidade, nunca para visitar outros países. Mas, quem quer habilitar-se a voltar para o inferno, de onde saiu em boa hora? Disse-me ainda o sr. Diniz que a medida lhe parecia a êle inteiramente justa pois nós "conspirávamos..." Como se fosse conspirar o opor-se à completa imbecilização de um povo que merecia ter melhor sorte!

Continuando as suas informações o Vice-Consul informou-me ainda que estava encarregado de "catar" na imprensa brasileira os nomes de todos quantos escrevessem contra "o dono e senhor de Portugal", para recusar-lhes o passaporte quando portugueses e o visto se brasileiros ou estrangeiros, mostrando no entanto um bom mocismo fora de comum para um funcionário de um regime totalitário, o sr. Diniz também, meio confidencialmente, disse-me que muitas vezes "fazia vista grossa", parecendo querer dizer que, se assim não procedesse, poucos seriam, dentre os que escrevem, que seriam "beneficiados" pela ditadura. Para culminar com a série de tolices que teve então a oportunidade de emitir o sr. Diniz informou-me ainda, com a mais completa seriedade, que a PIDE era uma instituição muito séria e que

tudo quanto contra ela se dizia era "uma infâmia". Parbleu!

P — Tem conhecimento de algum caso de discriminação consular em prejuízo de esposas e filhos de anti-fascistas?

R — Em abono da verdade devo dizer que não, de ciência certa. Posso acreditar no entanto que êles existam, face à estúpida política levada a efeito pelo ditador e seus sequazes. Pela parte que me toca, na mesma ocasião em que me "entrevistei" com o sr. Diniz, que aliás foi a primeira e última pois me enoja olhar sequer o nosso Consulado, onde nunca mais entrarei enquanto a Democracia não for replantada em Portugal, na mesma ocasião, dizia, inquiri se minha mulher seria também vítima da discriminação da ditadura e fui, na altura, informado que não, que ela poderia receber o seu passaporte e ir para onde desejasse. Isto, lembro, passou-se há cinco ou seis anos atrás e, como as medidas de segurança são hoje ainda mais violentas que então, não me custa a crer que as famílias dos democratas estejam agora igualmente sendo vítimas da discriminação que há longos anos atinge os seus chefes.

P — De que modo lhe parece que os democratas portugueses do Brasil poderão apoiar a iniciativa da UDP?

R — Dando-lhes o mais irrestrito apoio, em todos os sentidos, subscrevendo inclusive os memoriais que são entregues a organismos internacionais, escrevendo a respeito do assunto, fazendo a maior propaganda dos meios sujos de que se serve o tirano para a consecução dos seus desejos de escravização completa do povo português, etc. O povo brasileiro, nosso irmão em todos os sentidos, deve ficar bem ciente do que na realidade representa o Estado Novo há tantos anos dominando Portugal, êsse Estado Novo que, agora mais que nunca, os arautos do regime, pagos a tanto por linha e a tanto por quilômetro — os que viajam até cá — não se cansam de apresentar como o melhor dos sistemas de governo, chegando inclusive ao cúmulo de preconizá-lo com relação ao Brasil, em "tiradas" do mais profundo mau gosto! Que longe vá o agouro...

Carta Aberta a um Cônsul de Salazar

Senhor Cônsul:

Nunca o vi. Nada sei a seu respeito. Ignoro mesmo o seu nome. Admito que seja, no cotidiano, uma pessoa agradável, um bom marido, um pai carinhoso, um chefe estimado pelos subordinados, um homem apreciado no pequeno meio em que se movimenta. Tudo isso é possível e até provável, pois ao moralismo salazarista não é indiferente a respeitabilidade burguesa das suas "marionetes". Vou mesmo ao ponto de acreditar, senhor consul, que não saiba o que seja a consciência.

Tudo isso é possível e até provável. Mas tudo isso não impede que eu faça da sua pessoa um péssimo conceito.

Não o conhecendo, não sei se olha para trás com vergonha ou com orgulho; se tem a noção do papel que lhe cabe desempenhar ou se, pelo contrário, alimenta a ilusão de ser um personagem real. Se eu soubesse qual o seu grau de lucidez teria a resposta antecipada a todas estas interrogações. Mas o meu juízo não se alteraria: seria sempre negativo sobre a sua obscura pessoa. Pouco importa, afinal, que seja um mediocre ou um homem inteligente, que se assemelhe a um Steinbrenner provinciano ou a uma figura de Roger Peyrefitte. Para mim tanto faz que se sinta investido numa missão patriótica no trato maçante da problemática da fina flor dos comandadores ou que, ao debater com as eminências da Rua Paula Sousa solenes questões, o domine profundo devalente. A sua condição de cônsul de Salazar basta, senhor, para o afundar irremediavelmente a meus olhos.

Conheci muitos embaixadores e consules de Salazar. Dos últimos, alguns foram meus companheiros nos bancos do liceu e da faculdade, numa época em que não pensavam ingressar na ménagerie fascista. E a nenhum hoje eu apertaria a mão, senhor consul. É a mesma espécie a que vai do saltitante Augusto de Castro ao mais abstruzo vice-consul, passando pelo romboédrico Eduardo Brazão; uma casta sui-generis em que inteligentes e não inteligentes se igualam ao acrisolado amor a pequenos nada da existência, desde a arte de bem colocar gerúndios num ofício, ao orgulho de acumular conhecimentos inúteis sobre o funcionamento do sistema bancário sueco ou a técnica da tapeçaria na Pérsia. No currículo, os consules, eu não o desconheço, senhor consul, são subalternos. Já alguém lhes chamou com propriedade os sargentos da diplomacia. Essa subalternidade tem conteúdo, as suas vantagens sob o reinado de Salazar. Cumprem ordens os senhores consules, não tomam iniciativas! Pretendem ser meros funcionários da República Portuguesa, apolíticos, frios, distantes das paixões humanas. Podem dormir tranquilos, sem má consciência: intervêm como peças de uma engrenagem na rotina burocrática, executam ordens emanadas de cima, como diria o senhor de La Palice. São irresponsáveis, meros robots. Por isso comparecem de sorriso nos lábios, untuosamente, ao beija mão de qualquer Henrique Tenreiro, por isso se sentam num banquete, cheios de ingenuidade ao lado de altos funcionários da PIDE, por isso presidem, despreocupados, a um acto público de exaltação da guerra colonial, por isso negam, serenos, passaportes aos adversários do regime que lhes paga. Argutos ou obtusos, corruptos ou não, ambiciosos ou com mentalidade de mangas de alpaca, têm de comum o mesmo estranho sentido da "obediência" e do "dever". São membros da mesma família os senhores consules de Salazar. Que algum democrata brasileiro lhes fale do Tarrafal, de perseguições a intelectuais, de massacres em Angola, de brutalidades policiais ou de salários de fome e é vê-los, altivos e distantes, no ambiente acolhedor dos grandes salões, entre dois scotch, terçarem armas em defesa das "verdades" de Salazar... Cumprem ordens... Nisso se igualam os fascistas, os oportunistas e os pobres diabos. É uma subalternidade cômoda, fácil, com inúmeras compensações aos olhos dessas criaturas que, ao envergarem uma casaca, se julgam Talleyrands, mas não passam de grossas réplicas atualizadas dos bufões de Lope de Vega.

Esquecem os senhores consules de Salazar um ensinamento do julgamento de Nuremberg: há ordens que não se cumprem sem que os seus executores se degradem, sem que se despojem do que há de mais precioso na condição humana: a sua dignidade. Não cometeram os consules de Salazar crimes contra a Humanidade. Claro que não. Importa vê-los na sua dimensão de gente temerosa e subalterna. Mas sem por isso deixarem de perder a dignidade. Há uma fronteira além da qual o trabalho mercenário envolve uma opção inelutável. E o senhor, consul de Salazar, já atravessou essa fronteira, deixando nela os últimos farrapos de dignidade que porventura lhe restassem. O povo de Portugal, na hora própria, quando quebrar as grilhetas, quando derubar, finalmente, o fascismo saberá, consul de Salazar, esteja certo, pedir-lhe contas e lembrar-lhe que, consciente ou inconscientemente, o senhor optou pela renúncia à dignidade.

MIGUEL URBANO RODRIGUES

«A questão Agrária em Portugal»

O mais completo e profundo estudo sobre o problema Agrário em Portugal.

Edição de Civilização Brasileira, a sair em maio próximo

Pedidos ao nosso Depto. de Livros



A gravura que acima publicamos é a reprodução de um postal editado pela FRELIMO para assinalar o início de 67. No verso, em português e inglês lê-se o seguinte: "Moçambique será livre. Os nossos irmãos de Angola serão livres, assim como os da Guiné, da África Austral, do Vietnam, da República Dominicana... A Liberdade pode não chegar em 1967. Mas é dever de todos os povos agirem de modo que 1967 seja um passo decisivo na luta contra o colonialismo e o imperialismo, no caminho da libertação. Neste novo ano nós intensificaremos a nossa luta de libertação. — FRELIMO.

«Em Moçambique o Patriota Abre a Própria Sepultura Antes de Ser Fuzilado»

— DECLARA UM DESERTOR DO EXÉRCITO COLONIAL

Transcrevemos a seguir do jornal argelino "El Moudjahid" a entrevista que lhe concedeu recentemente o ex-cabo Afonso Henriques Sacramento, que desertou em Moçambique, em março de 1966 do exército colonialista português. Presentemente, Sacramento encontra-se em Argel, tendo aderido à Frente Patriótica de Libertação Nacional.

"O patriota abre a própria sepultura antes de ser fuzilado", declara o desertor do exército português numa entrevista.

Afonso Henriques Sacramento Rio, é um desertor do exército português que se encontra no nosso país há algum tempo. Nascido em Portugal, alistado no exército português (na infantaria) em março de 1965 em Moçambique, Henriques Sacramento deixava as fileiras do exército português em março de 1966 para se juntar mais tarde às fileiras da oposição portuguesa: a FPLN.

Pergunta: Pode dar-nos os motivos da sua deserção do exército português?

Resposta: Por um lado, porque não estou de acordo com o regime do ditador fascista Salazar. Por outro lado, porque não me curvei às ordens que me davam de incendiar casas, de massacrar a população de Moçambique e destruir as suas culturas.

Pergunta: Existem outros casos de deserção no exército português?

Resposta: Existem muitos casos de deserção. Cinco meses após a minha deserção um soldado do campo de aviação de Mueda desertava das fileiras do exército. Ele chegará brevemente à Argélia. Posso citar-lhe também o caso do comandante aviador José Ervedosa que desertou após servir 663 dias em Angola.

O comandante José Ervedosa forneceu um precioso testemunho sobre as atrocidades da guerra colonial ante a Comissão dos 24". Evidentemente os

casos de deserção entre os africanos que se encontram no exército português são muito numerosos.

Pergunta: Existem muitos africanos servindo nas fileiras do exército português?

Resposta: Os que o regime fascista de Salazar chama de "assimilados" são obrigados a prestar serviço militar. Mas não há apenas os "assimilados". Assim, um africano classificado pelo regime de Salazar como "indígena", apanhado nas ruas, nos mercados, nas praças públicas, etc, sem ter os papéis em ordem ou sem ter pago os impostos é enviado à força e pela força para o exército. Em Moçambique, a maioria do exército português é composta de contingentes idos diretamente de Portugal. Quanto aos que são mobilizados na colônia, são compostos em 70 por cento por "assimilados". Nas zonas de operações e no norte de Moçambique, os "assimilados" desertam em número muito elevado.

Pergunta: Quais são os métodos de repressão praticados pelo exército português?

Resposta: A aviação portuguesa utiliza em larga medida as bombas de "napalm". Toda a pessoa capturada pelas forças portuguesas suspeita de ter pertencido à FRELIMO é liquidada fisicamente. Isso passa-se da seguinte maneira: toda a pessoa ou todo o patriota aprisionado pelas forças portuguesas é primeiro submetido a um interrogatório e torturado pela PIDE (polícia política portuguesa). A seguir é encaminhado ao comando militar. No caso de o patriota falar ao ser torturado, fazem-no "dar" os locais e os nomes dos outros guerrilheiros. Seguidamente o patriota é obrigado a abrir a sua própria sepultura à beira da qual é fuzilado. Devo esclarecer que há duas espécies de interrogatório. A primeira é praticada pela PIDE que utiliza todos os métodos científicos da tortura. A PIDE ao longo de 40 anos codificou e acumulou

uma longa experiência da tortura. A segunda forma de interrogatório é praticada pelo exército. Assim, quando as forças da repressão enfrentam um patriota "duro", que não fala, recorrem aos hospitais. O "patriota duro" é levado para um hospital onde lhe aplicam injeções de narcóticos, morfina, etc., e o interrogatório recomeça, intercalado com injeções. A este interrogatório assiste um policial africano que fala o dialeto da região e utiliza a "palmatória".

A este respeito convém salientar que a utilização da "palmatória", em Moçambique está codificada. Por exemplo, um africano que não tenha pago os impostos, recebe, de acordo com um código escrito, 63 palmatoadas. Entre os métodos de repressão as batidas e a devastação da "zonas de morte" são levadas a efeito cotidianamente. (Segundo a terminologia usada no exército português: a área em torno de cada aquartelamento, até um raio de 15 quilômetros, é chamada "zona de controle". Para lá dos 15 km. o terreno é designado por "zona de morte" e corresponde às zonas operacionais).

Pergunta: O exército utiliza o sistema de centros de reagrupamento das populações civis?

Resposta: No interior de cada "zona de controle" existem campos de concentração. São campos de concentração no sentido tradicional da palavra, cercados de arame farpado. As populações civis são submetidas a trabalhos forçados. Toda a pessoa que chega à "zona de controle" é automaticamente encaminhada para os campos de concentração. É a administração civil que administra estes campos, que são guardados por policiais africanos. Para atrair as populações africanas às "zonas de controle", o exército utiliza o equivalente da "ação psicológica do exército francês, dando-lhe a designação de

(Cont. na página 7)

Pela amnistia e contra a repressão

CONTRA A DEPORTAÇÃO

O clamor contra o decreto que permite, aos Ministros da Justiça e do Ultramar, a deportação dos presos políticos para campos de concentração nas colónias portuguesas, impediu, até ao momento, que as autoridades fascistas aplicassem aquela medida aos presos políticos detidos na metrópole.

Este êxito inicial, alcançado pela Resistência portuguesa e pela opinião pública mundial, carece ser consolidado. Há que continuar a luta pela revogação do referido decreto e pela libertação dos patriotas ameaçados de deportação.

Os brilhantes exemplos dados pela juventude e classe operária italiana, que abaixo relatamos, devem ser seguidos e ampliados. O fascismo só entende uma linguagem: a força. É a força da solidariedade internacional, aliada à luta do povo português, fará recuar o fascismo dos seus desígnios criminosos de aniquilar a vida dos melhores filhos de Portugal nos campos de concentração das colónias.

SOLIDARIEDADE ITALIANA

Contam-se por dezenas os telegramas e cartas de protesto enviados por diversas organizações italianas ao "presidente" da República, ao Ministro da Justiça e à Embaixada e Consulados de Portugal em Itália, contra a ameaça de deportação que pesa sobre os presos políticos portugueses.

Entre as numerosas organizações italianas que protestaram junto daquelas autoridades fascistas, destacaram-se várias organizações juvenis de Milão, a Companhia Única dos Portuários de Génova (que representa cerca de 10.000 trabalhadores), a Federação Italiana dos Trabalhadores de Génova e os operários da Fábrica SIAC-ITALSIDER, de Génova.

Também o Conselho de Administração da Sociedade de Socorros Mútuos de Savona, sensível à ameaça que pesa sobre os presos políticos portugueses, dirigiu ao Presidente da República Italiana, G. Saragat, o seguinte telegrama: "Excelência — Este Conselho pede para que intervenha junto do governo de Salazar com o fim de aliviar as penas dos presos políticos portugueses e ao mesmo tempo exprime energicamente a sua apreensão pelas notícias de que em Portugal serão reabertas os campos de concentração que são, na memória dos italianos, expressão de fascismo e barbárie que todos nós combatemos".

PELA LIBERTAÇÃO DE AGOSTINHO SABOGA E ABOIM INGLÊS

Correspondendo aos apêlos das organizações democráticas portuguesas do interior e do exterior, particularmente da F. P. L. N. que através dos microfones da rádio VOZ DA LIBERTADE tem feito insistentes exortações, numerosas organizações italianas, suíças e checoslovacas, têm se dirigido ao presidente da República, Ministro da Justiça e ao próprio ditador Salazar exigindo a imediata libertação do operário viadreiro Agostinho Saboga e do estudante Carlos Aboim Inglês.

AGOSTINHO SABOGA, apesar de já haver cumprido a pena, continua encarcerado na

Fortaleza de Peniche. O seu estado de saúde é gravíssimo. As hemorragias, provocadas por uma enfermidade do estômago, voltaram a manifestar-se após a operação a que foi submetido, merecendo de onda de protestos que obrigou o fascismo a interná-lo num hospital.

CARLOS ABOIM INGLÊS, preso em 1959, condenado a oito anos de prisão maior, com "medidas de segurança", passou já oito anos no cativeiro. Há 18 meses que Carlos Aboim Inglês se encontra doente, mas só recentemente, depois de esperar dois meses, foi levado ao hospital para ser radiografado, tendo depois recolhido novamente à prisão. O seu estado é grave. Com 37 anos de idade, Aboim Inglês está ameaçado de ficar paralizado, se não for urgente e devidamente tratado.

As vidas destes homens, como a de BLANQUI TEIXEIRA, GUILHERME DE CARVALHO — AUGUSTO LINDOLFO, JOSE CARLOS, SOFIA FERREIRA, VARELA GOMES E MARNUEL SERRA, também gravemente enfermos, estão em peri-

go. Por isso se faz necessário alargar a luta pela defesa da liberdade e das vidas dos presos políticos.

Os atos de solidariedade devem ser intensificados. Fazemos um apêlo aos estudantes brasileiros para que sigam o exemplo dos seus companheiros checoslovacos. Logo que tomou conhecimento do grave estado de saúde em que se encontra Carlos Aboim Inglês, o Conselho dos Estudantes da União da Juventude Checoslovaca, enviou, em 8 de março, o seguinte telegrama aos Ministros da Justiça, do Interior e da Educação de Portugal:

'Senhor Ministro — Em nome de todos os estudantes checoslovacos, pedimos a libertação imediata do estudante e democrata Carlos Aboim Inglês. Sabemos que está doente e que lhe foi negada a hospitalização devida e que continua preso embora a sua pena tenha terminado em fevereiro de 1967. Pedimos respeito dos direitos humanos em Portugal e assim a libertação de todos os democratas encarcerados'.

Famílias exigem inquérito

Acaba de chegar a nossas mãos o texto do abaixo-assinado enviado pelas famílias dos presos políticos de Peniche ao Ministro da Justiça, em 20 de dezembro último, com 360 assinaturas.

O importante documento, que abaixo publicamos na íntegra, é bem revelador das criminosas condições prisionais em que são mantidos os patriotas detidos na Fortaleza de Peniche e que sistematicamente vimos denunciando à opinião pública internacional. Estamos certos que esta, acompanhando os familiares dos presos, não deixará de apoiar, através de cartas, telegramas e abaixo-assinados às autoridades fascistas, e seus representantes no exterior, a justa reclamação dos presos e de suas famílias; que se faça um inquérito às condições prisionais da Fortaleza de Peniche!

O texto do documento é o seguinte:

"Sr. Ministro da Justiça
Excelência: — Os abaixo-assinados, parentes dos presos políticos da Cadeia do Forte de Peniche, tiveram já ocasião de dirigir a V. Exa. no mês de dezembro de 1965 uma exposição sobre alguns dos problemas que mais afligem os nossos familiares que nessa fortaleza se acham a cumprir pena ou medidas de segurança. Não obtiveram contudo resposta tranquilizadora para os seus anseios, que lhes abre perspectivas duma melhoria de situação.

Em contrapartida, sabemos que esta se mantém, e os novos factos desde então ocorridos vieram aumentar grandemente os nossos preocupações. Paradoxalmente constatamos que numa edição desse Ministério intitulada «Aspectos Fundamentais dos Sistemas Penal e Prisional e da Organização Judiciária em Portugal» se reproduzem afirmações, que longe de corresponderem ao que sabemos ser a situação dos presos políticos daquela forte, nos fazem crer não estar vossa Excelência na posse de um conhecimento real e circunstanciado dos factos.

Porque julgamos que do perfeito domínio por parte de V. Exa. de alguns aspectos mais prementes do que se passa na cadeia do Forte de Peniche resultarão as humanas e inadiáveis iniciativas que urgem, de novo nos dirigimos a esse Ministério, crentes de finalmente obtermos uma resposta tranquilizadora quanto à sorte dos nossos entes queridos.

1. Um dos problemas que mais afectam os nossos familiares, e nos trazem em constante cuidado, é o do conhecido impacto físico e psíquico da prisão sobre a saúde dos presos. A isso nos referimos concretamente no documento enviado em dezembro de 1965, pedindo então o melhoramento da assistência médica, nomeadamente a dentária, e a urgente substituição do clínico em exercício no Forte.

No citado livro do Ministério da Justiça

descreve-se a assistência dos presos políticos da cadeia do Forte de Peniche como sendo... cuidada quer pelo médico privativo do estabelecimento, quer por clínicos especializados da vila de Peniche ou que ali têm consultas.

Surpreende-nos tais afirmações, pois que nem duma assistência capaz seria licito falar, quanto mais de uma assistência cuidada.

De facto: — o clínico privativo do Forte além de demasiado idoso (80 anos) para o exercício das suas funções, lá ia com claramente desinteresse, desactualização e incompetência. São os presos que, quando podem, ou aconselhados pelo enfermeiro, se auto-diagnosticam, na ausência de uma observação capaz por parte do médico.

A recusa de medicamentos ineficazes ou contra-indicados é frequente, quando a manifesta evidência da doença faz o médico sair do seu habitual optimismo quanto à saúde dos presos. Estes diagnosticados ou não, aguardam longo tempo, por internamento hospitalar ou assistência adequada. Mais que perigosa, esta situação tem tomado ultimamente aspectos dramáticos: Agostinho Saboga doente há vários anos com uma úlcera, e na total ausência de cuidados que tal estado exige, viu a sua doença agravar-se de forma alarmante, pela declaração de fortes hemorragias internas. Em perigo de vida até um dia e meio depois foi internado de urgência no Hospital de Peniche, donde, na falta de condições de tratamento, o transferiram para o hospital prisão de Caxias. Fora salvo, segundo os médicos que o operaram, exactamente por escassas horas.

No que toca a assistência de clínicos especializados da Vila de Peniche ou que ali têm consultas cumpre-nos informar V. Exa. antes do mais, que esta não existe pura e simplesmente, mesmo em alguns dos seus principais ramos. A título exemplificativo recordamos que os presos não têm assistência neurológica, apesar das graves afeições do sistema nervoso que a prisão origina. A ausência estomatológica, por seu turno, é prestada com uma quase total ausência de aparelhagem fundamental, e de uma forma extremamente irregular (os presos aguardam tratamento durante meses ou anos consecutivos).

Muitos exemplos e casos concretos poderiam ser invocados pela gravidade que encerram e inquietação que em nós suscitam. Se de novo nos dirigimos a V. Exa. no sentido de se tomarem as medidas que já em dezembro de 1965 solicitamos, é porque cremos que a permanência desta situação faz correr gravíssimos riscos à saúde dos nossos familiares, podendo vir a ter desenlaces de imprevisíveis consequências.

2. Parece poder inferir-se da obra «Aspectos Fundamentais de Sistemas Penal e Prisional e da Organização Judiciária em Portugal» (página 134) que os presos poderão corresponder-se e receber visitas dos seus familiares. Acontece porém, que contrariamente ao referido naquela publicação, as visitas dos familiares dos presos da cadeia estabelecimento prisional sofrem grandes restrições, sendo as das pessoas de amizade praticamente inexistentes.

Vai-se ao ponto de, num manifesto atestado aos direitos de defesa dos presos, até as próprias entrevistas com os advogados serem extremamente dificultadas e até impedidas, realizando-se unicamente na

presença de guardas ou funcionários da cadeia.

Também a existência de duas horas de visitas, que a obra supra referida se acham frequentemente reduzidas a uma hora quando é certo que a distância a que se encontra a cadeia do Forte de Peniche para muitas famílias, ocasiona grande despesa e perdas de tempo para cada visita.

Agravando estas limitações, as visitas decorrem num ambiente de tensão nervosa que impossibilita uma verdadeira aproximação dos nossos familiares. As péssimas condições acústicas do parlatório (além de outras) obrigam a quase gritar para se poder estabelecer um diálogo. Os guardas destacados quase individualmente para cada preso, debruçam-se sobre estes devassando as conversas, interrompendo-as, não permitindo a mínima intimidade no contacto com os nossos parentes. Os momentos de visita em vez de proporcionarem o conforto moral que queremos trazer aos nossos familiares, não raro decorrem em ambiente de angustiante inquietação, na expectativa de arditos e consequentes punições. A nossa preocupação aumenta ante as informações prestadas pelo director da cadeia sobre o novo parlatório, tendo um ambiente de visita ainda mais sobreavergado.

Como situação ímpar nos estabelecimentos prisionais portugueses, na cadeia do Forte de Peniche, as visitas em comum, continuam a ser unicamente autorizadas uma vez por ano, por ocasião do aniversário do preso. E porque tal regime, quando nomeadamente na cadeia de Caxias (para não citar as de presos de delito comum) se permitem visitas em comum de 3 em 3 meses além das de Natal e Ano Novo? Eis uma dolorosa e chocante excepção com que não nos conformamos.

Por outro lado as visitas extraordinárias no último domingo dos meses de 5 domingos, para sobrinhos dos presos com menos de 18 anos, eram recentemente com estranheza nossa, proibidas.

Por tudo isto, novamente nos dirigimos a V. Exa., pedindo, como em dezembro de 1965, um regime mais humano, para o geral das visitas e em particular para as visitas em comum.

3. A obra do Ministério da Justiça que temos vindo a citar fala-nos em recreios e convívio dos presos «mesmo os alojados em celas individuais, referindo anteriormente a existência de um regime celular individual para um máximo de 53 homens.

Temos que tais apreciações no seu laconismo, omitem a dura realidade dum regime de isolamento celular (obra de 20 horas por dia) inalterado durante anos e anos a fio por muitos presos, com as graves consequências que provoca no equilíbrio do seu sistema nervoso. Não podem pois os familiares de homens sujeitos durante indetermiáveis períodos de tempo a tal isolamento, deixarem de fazer eco das suas legítimas aspirações a um regime celular que passe apenas a ser noturno, sendo durante o dia a permanência na cela de convívio facultativa.

4. Reportando-nos ainda à mesma edição do Ministério da Justiça, verificamos que nela se pretende dar uma ideia de normalidade e regularidade quanto à vida intelectual dos presos que não correspondem ao que na verdade se passa na cadeia do Forte de Peniche.

De facto, os presos daquele estabelecimento prisional estão completamente impedidos de ouvir música, seja de telefonia ou de gira-discos. Proibição tanto mais absurda quanto, na cadeia de Caxias, é autorizada uma hora e meia diária de audição musical, e nos estabelecimentos para presos de delito comum (inclusive os da cadeia do Forte de Peniche, é permitida a normal disposição de aparelhos de telefonia em certas ocasiões (como recen-

temente na transmissão dos jogos do campeonato mundial de futebol), de televisão. No entanto, nem mesmo nesta altura os presos de Peniche foi autorizada a utilização de transistores.

Neste caso da música, como no das visitas em comum, os alegados «motivos de segurança» são manifestamente pretextos cuja falta de fundamento foi aliás reconhecida pelos próprios responsáveis.

Não queremos que se tirem aos presos políticos de Caxias e aos de delito comum as humanas regalias a que têm direito, insurem-nos sim e vivamente, contra a manutenção de práticas discriminatórias que atentam contra a estabilidade psíquica de homens encarcerados por longos anos. Também na obra referida de início se alude à existência em todas as prisões de uma biblioteca — e na cadeia do Forte de Peniche ela existe de longa data. Omite-se no entanto, a desactualização e a desorganização em que aquela se encontra. Há mais de uma dezena de anos se chega ao cúmulo de sistematicamente proibir que os presos façam ofertas à biblioteca (obras evidentemente a serem sujeitas à prévia censura), opondo-se incompreensíveis negativas a sugestões de se tentar um apoio da Fundação Gulbenkian para um melhor apetrechamento da biblioteca prisional.

5. Temos até aqui vindo a levantar problemas de base na apreciação que dos mesmos é feita na obra «Aspectos Fundamentais dos Sistemas Penal e Prisional e da Organização Judiciária em Portugal». Até pela própria natureza da descrição que ali se pretende fazer, muitas questões se omitem no que respeita às condições prisionais da cadeia do Forte de Peniche. Todas elas actuais e merecedoras de análise, que a necessidade de restringir esta exposição nos faz omitir.

Só abordamos, no entanto, mais um problema, cuja facilidade e urgência de resolução nos anima a torná-lo a expôr. Trata-se da alimentação. Que o rancho do Forte de Peniche é consideravelmente pior em relação às restantes cadeias políticas, e que precisa de melhorar, são realidades de há muito reconhecidas pelas próprias entidades prisionais. No entanto a alimentação continua longe de ser capaz, em aspecto, qualidade, ou quantidade. O aspecto repugnante de certos alimentos (a carne particularmente) e a falta de variedade dos pratos anulam as raras e passagens melhores.

Tal regime alimentar, com graves repercussões na saúde dos presos necessita de revisão, cuja possibilidade e urgência exige uma rápida tomada de medidas adequadas. Tem tido V. Ex. oportunidade de reunir em actos públicos ser a burocracia muitas vezes, obstáculo ao conhecimento e análise objectiva dos factos. Acontece também parecer não existir por parte desse ministério, um conhecimento concreto do que se passa na Cadeia do Forte de Peniche.

No entanto, a situação aí existente em nome de princípios tantos vezes invocados e reivindicados em várias dissertações públicas por V. Ex., sr. Ministro, exige uma tomada de medidas imediatas.

Por isso estamos crentes que um desejo de conhecer a verdade orientará V. Ex. no sentido de, para além das informações terçosamente unilaterais que por via hierárquica lhe vão chegando, ordenar a causalização directa dos presos, suas aspirações e problemas. Estamos convictos que só assim V. Ex. estará apto a atender as humanas considerações que de novo trazemos à presença de V. Exa.

Pedimos assim, que V. Ex. ordene a realização de um inquérito às condições prisionais da cadeia do Forte de Peniche com ampla audição dos presos, de modo a possibilitar uma rápida solução dos problemas que nos afligem assim como aos nossos entes queridos.

Salazar na Imprensa Mundial

(Conclusão da pág. 2)
anual médio de 6.1 per cento em seu Produto Nacional Bruto até o fim do corrente ano, seguido de um incremento anual de 6.5 per cento até 1973.
O mais dramático protesto contra o conservantismo económico de Salazar é feito pelos trabalhadores de Portugal, que vêm votando com seus pés (emigrando em massa). O diagrama abaixo mostra quantos deles se têm simplesmente retirado.

(The Economist, Londres, 18-2-67)

"A DIPLOMACIA ECONÓMICA"

"Diante desse panorama é que o deputado Magalhães Pinto anuncia a introdução da diplomacia económica no Brasil. O que resta saber é até que ponto os problemas económicos prevalecerão sobre os jurídicos e os políticos. Além dos problemas específicos do comércio com os países socialistas e da

transformação do ouro em padrão monetário internacional, há outros como o de Portugal. A orientação durante o governo Castelo Branco foi a de prestigiar Portugal sem limitações, mas sem hostilizar os países africanos. Mas é evidente que essa posição parece insustentável a longo prazo, pois já provocou até um grave incidente diplomático entre o Itamarati e três países africanos. O enorme prestígio do Brasil na África, desde o governo Jânio Quadros, corre o risco de desgastar. O delegado do Congo ex-francês na ONU, ao ser convidado pelo embaixador Sette Câmara para visitar o Brasil recusou o convite. No entanto, economicamente, a África pode ser muito mais importante para o Brasil do que Portugal. E' um mercado para produtos primários brasileiros e, principalmente para os produtos manufaturados."

"in 'Folha de S. Paulo', Março de 1967)

ALA UM DESERTOR DO EXERCITO COLONIAL

(concl. da pág. 5)

psico-social". Mas, de fãção as batidas das "zonas de" e a fome que levam as populações civis para as "zonas de controle".

Pergunta: Quais são as técnicas de anti-guerrilha praticadas pelo exército português?

Resposta: Há duas espécies de técnicas que são utilizadas. A primeira tem o nome de "cerca" e de "limpeza de aldeia". No caso o exército esforça-se por destruir as bases que a guerrilha destruindo estas.

A segunda ação é puramente ação militar direta. Esta é enviada aos soldados em curso de teoria de guerra. Assim, o exército português utiliza a técnica do "golpe de mão" que consiste em emendar uma ação militar contra bases fixas dos nacionais.

Aldeias inteiras são frequentemente consideradas como bases fixas. Esta tática utiliza sempre o emprêgo da "surpresa". Outra tática utilizada é a emboscada por ataque de surpresa contra as forças de guerrilha em movimento e que são localizadas.

Pergunta: Vo.ê disse que essas técnicas militares são ensinadas em cursos teóricos aos soldados portugueses. Como? E como justificam as autoridades militares portuguesas essas ações perante os soldados?

Resposta: Esta instrução é dada aos soldados na segunda metade do primeiro período de instrução militar que dura seis meses. Os soldados aprendem, por meio de cursos sancionados por exames, as bases teóricas da luta anti-guerrilha. Estes cursos são a maior parte das vezes dados por oficiais que anteriormente tiveram um treinamento teórico e prático especial. Durante a guerra da Argélia, muitos oficiais portugueses seguiram treino militar na Argélia, junto dos especialistas experientes da "guerra subversiva". Além disso, numerosos cursos portugueses foram aos Estados Unidos fazer cursos de comandos, de "fuzileiros navais" e de todas as técnicas utilizadas pelo exército americano contra o povo do Vietnam.

Para justificar a guerra colonial perante os soldados, os oficiais utilizam a clássica argumentação histórica e moral. Assim, Moçambique é apresentada como uma província portuguesa. Na pessoa de um padre português, a Igreja católica de Portugal esforça-se por acrescentar justificações de ordem moral e espiritual.

Pergunta: Você notou a presença de "conselheiros" técnicos militares estrangeiros no seio do exército português?

Resposta: Ao nível dos contingentes, não se vê "conselheiros". Em compensação, o que eu vi, foi um comando branco de origem britânica da Rodésia do Sul, que veio estudar a técnica anti-guerrilha no exército português. Quanto ao material utilizado, provém inteiramente das forças da OTAN. Em Moçambique, como de resto em Angola e na Guiné dita portuguesa, são usados bombardeiros dos tipos "North America", "Harvard", "T-6"; aviões de apoio "Republic", "Thunderjet", "F 84"; aviões de patrulha a longa distância do tipo "Lockheed", "Neptune"; "P 2V-5", "napalm", assim como bombas submarinas de origem norte-americana. Todo o restante material procede também da OTAN.

Pergunta: Em sua opinião, existe o perigo de um poder branco fascista, do tipo Rhodesia do Sul, se vir a instalar em Moçambique?

Resposta: Se esse risco não existe duma maneira clara, o estado de espírito da população de origem europeia e branca inclina-se para essa solução. No momento atual a coalisão fascista branca tende a desenvolver-se perigosamente em Moçambique e em toda a África austral. A ideologia do apartheid expande-se e, sob a influência da Rodésia do Sul, a ideia da sucessão ganha adeptos entre os brancos. A título de exemplo, vêem-se cartazes nas vitrines de Lourenço Marques que apresentam, lado a lado, as bandeiras de Portugal, da África do Sul e da Rodésia do Sul, e um slogan proclamando: "Juntos, venceremos!".

Pergunta: De que forma se manifesta política e materialmente a santa aliança de Portugal, África do Sul e Rodésia do Sul?

Resposta: A colaboração militar entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia do Sul situa-se ao nível dos estados-maiores. É a esse nível que as três potências fascistas estabeleceram um "plano de defesa" da África austral. Assim, segundo o testemunho do comandante Ervedosa perante o "Comité dos 24", a primeira reunião dos estados-maiores da aviação portuguesa, sul-africana e rodesiana, foi realizada em fevereiro de 1962 em Luanda, depois em Salisbury.

Os três estados-maiores estabeleceram um acordo para permuta de informações e para estudar as modalidades duma colaboração "operacional", na repressão dos movimentos nacionalistas africanos. Há também o papel desempenhado por Portugal na violação do bloqueio da Rodésia do Sul, à qual ele entrega gasolina.

A integração econômica que existe entre os grandes trustes sul-africanos e portugueses assume também proporções inquietantes.

Pergunta: Uma última pergunta: Como democrata português, o que pensa votê da FRELIMO?

Resposta: Conheço apenas o norte de Moçambique, região em que toda a população apoia a FRELIMO e concorda com a sua ação. Penso que para a FRELIMO a luta será dura e longa, mas ela triunfará!

Ontem com Hitler, hoje com Bonn - 3

Publicamos abaixo a continuação do importante documento "Ontem com Hitler, hoje com Bonn", iniciada no número de janeiro.

1. Apóio à máquina de guerra de Hitler

A Alemanha nazi não interessava a participação do pequeno e mal preparado exército português a seu lado. O que lhe interessava era o enorme auxílio em minérios para a indústria de guerra (volfrâmio, estanho, cobre, etc.), em munições e explosivos, em abastecimentos de géneros alimentícios (sardinhas de conserva, peixe fresco, cereais, óleos, etc.) em malhas destinadas às tropas da frente soviética, botas militares, correias de transmissão, capacetes, etc., que, a coberto da capa da "neutralidade", o governo fascista de Salazar fornecia à máquina de guerra hitleriana.

Minérios para a indústria de guerra nazi

O negócio do volfrâmio foi uma verdadeira "árvore das patacas" para intermediários sem escrúpulos, para sociedades mineiras simpatizantes do nazismo e para toda uma esumalha que, protegida pelas medidas legislativas de Salazar, enviava toneladas e toneladas do precioso minério para os fornos da indústria de guerra nazi.

Já então o imperialismo dominava a nossa indústria extractiva. No que respeita ao volfrâmio, em 1943, num total de 4.800 toneladas, 3.600 foram extraídas por sociedades estrangeiras (2.400 toneladas em minas inglesas e americanas e 1.200 toneladas em minas alemãs e só 1.200 toneladas correspondiam à extracção de sociedades nacionais. (dados extraídos do documento do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich, Dir. Ha. Pol. 47, Berlim 22-3-1943).

Em conversação com o embaixador alemão em Lisboa, barão Von Huene, Salazar com-

prometiera-se a que metade da produção seria destinada à Alemanha e metade aos aliados, isto é, 2.400 toneladas para cada beligerante. (dados extraídos do documento anteriormente citado).

Mas quando se fez mais sentir a pressão aliada sobre o governo fascista e este teve que admitir a possibilidade de Hitler perder a guerra, começou a querer cobrir com palavras o seu auxílio à Alemanha. Por isso mais tarde declarou que a produção alemã era de 1.200 toneladas e que seria só a produção nacional a ser dividida pelas duas partes beligerantes, o que daria à Alemanha um fornecimento máximo de 1.800 toneladas, e vez das 2.400 inicialmente previstas.

No entanto este recuo foi de fachada, pois outros meios foram estudados para aumentar a quota-parte de volfrâmio a fornecer a Hitler.

Vejamos as seguintes artimanhas do governo salazarista:

Telegrama de Lisboa para Berlim
Lisboa, 11-1-43
Nr. 99 de 11-1 (...)

"A entrevista de hoje com o vice-presidente da Comissão Metalúrgica deu o seguinte resultado: (...)

- 1) A Comissão Metalúrgica abolirá, a partir de 1/1 a entrega obrigatória de 25% da produção das minas lisboenses, Castelos e Trancos e de futuro incluirá também, não oficialmente, estas sociedades no sector alemão de produção.
- 2) A Comissão Metalúrgica libertará ainda da entrega obrigatória de 25% a produção de outras firmas do sector neutral de produção, se estes fornecimentos forem financiados pela parte alemã.
- 3) O governo português não dará a conhecer oficialmente estas medidas e espera idêntica confidência da parte alemã.
- 4) A Comissão Metalúrgica po-

rá à disposição da Alemanha uma certa quantidade de volfrâmio das reservas de minérios armazenadas até hoje e, para já, no mês de janeiro, fornecer-nos-á 33 toneladas.

Assinado: Huene

Telegrama de Lisboa para Berlim
Lisboa, 23-3-1943
Nr. 964 de 23-3-43

Acêrca da ordem telegráfica Nr. 799 de 20-3, Ha. Pol. 1739 (...)

Por isso a embaixada propõe que se lhe dêem plenos poderes para recomençar as negociações sobre as bases seguintes:

- 1) Portugal reconhece a transferência para o sector alemão de 10 grandes minas.
- 2) Portugal fornece 200 toneladas de concentrados de volfrâmio à conta do antigo acordo.
- 3) (...)

Assinado: Huene
(continúa)

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIPE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Muriel, 712

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heltor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira — Rue Joly, 77 Schaerbeek — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Úrad/Jindriská UL. C. 14 Schronka 646 — Praha 1 Tchecoslováquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" — 29, Rue St. André des Arts. — Paris — 6.º arr.

REDAÇÃO:
Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo
Caixa Postal 6248

Composto na
Editora Gráfica Superlito Ltda
Rua Lavapés, 192 — São Paulo

EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NC: \$ 0,20
Assinatura anual NC: \$ 3,50

ANO XI - N.º 116 - Abril, 1967

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte da sua exclusiva responsabilidade.

Toalhas Plásticas rendadas

AUMENTE SEUS LUCROS VENDENDO TOALHAS DOS MAIS VARIADOS MODELOS E DE FINO ACABAMENTO FABRICA DAS PELA MAIOR INDÚSTRIA DO GÊNERO NO PAÍS. DESCONTOS ESPECIAIS PARA REVENDEDORES. PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS, FAÇA UMA VISITA OU ESCREVA PARA:
PRACA DA SÉ. 17/21
SÃO PAULO



Aspecto de uma grande concentração estudantil em Lisboa em 1966.

A 12.^a Conferência Internacional dos Estudantes condenou o fascismo português

Publicamos abaixo, na íntegra, o texto da Resolução sobre Portugal aprovada por aclamação pela 12.^a Conferência Internacional dos Estudantes, realizada no ano findo em Nairobi, no Kenia:

“A 12.^a CIE, considerando que:

- o regime de Salazar governa segundo métodos ditatoriais e aboliu os valores democráticos fundamentais, impondo um controle totalitário sobre a vida pública portuguesa e eliminando todas as formas legais de oposição no interior do país;
- o regime encontra novo impulso na ajuda que lhe é dada pelos governos da França e da Alemanha Ocidental após a instalação de bases militares que se juntaram às dos EUA e da NATO, cujos membros continuam a apoiar a política irresponsável de Salazar;
- a polícia política continua detendo poderes bastantes para prender cidadãos, encarcerá-los durante meses sem julgamento e condená-los à prisão perpétua através da aplicação de medidas de segurança após um processo judiciário caracterizado pelo desprezo dos mais elementares princípios de direito e pela utilização de torturas físicas, psicológicas e morais;
- a autonomia das universidades, as atividades universitárias e intelectuais são muito limitadas e reprimidas pelo regime assente sobre uma estrutura política fascista e um espírito medieval absolutista;
- o governo, apesar da oposição de professores e estudantes, tomou medidas legais, com o fim de impedir o funcionamento democrático das associações estudantis e de intervir diretamente na disciplina universitária, o que lhe permitiu expulsar cerca de 300 estudantes desde 1962;
- o governo proibiu a formação de uma organização nacional, impediu a formação de associações nos níveis local e regional, mas é incapaz de impedir os estudantes de encontrar os meios adequados às exigências das circunstâncias para estabelecer uma colaboração em escala regional e nacional;
- o governo proibiu em 1964 a realização do Dia do Estu-

dante, mas não pôde, apesar das ameaças e de uma importante intervenção policial, impedir a sua realização;

- em outubro de 1965, o governo, ordenando a detenção de mais de cem estudantes, quis destruir o movimento estudantil português, mas a reação dos estudantes foi suficientemente firme para a preservação das estruturas fundamentais e para a denúncia pública dos métodos da PIDE;
- o governo português, no fim de 1964 e no início de 1965, nomeou Comissões Administrativas para a Associação da Faculdade de Ciências de Lisboa e para a Associação Académica de Coimbra, contra a opinião dos estudantes e após processos disciplinares contra os dirigentes estudantis livremente eleitos; as perseguições políticas, as expulsões, a recusa de fazer a guerra colonial e as más condições de ensino obrigaram numerosos estudantes a exilar-se e a formar organizações estáveis cujos objetivos fundamentais se resumem numa solidariedade total com o movimento do interior do país e numa busca de solução para os graves problemas que se colocam aos estudantes exilados.

A 12.^a CIE:

- condena o governo português, promotor de uma política colonialista, totalitária, racista, ditatorial, no seio da qual o exército e a polícia política sustentam cada vez mais a sobrevivência de um governo a serviço das forças imperialistas;
- condena a ajuda militar dos países da NATO ao governo português e mais particularmente, a da Alemanha Ocidental, da França e dos Estados Unidos;
- condena a utilização das torturas físicas e psicológicas praticadas pela PIDE e a aplicação das medidas de segurança;
- condena o governo português por não respeitar a liberdade da universidade, por impedir a formação de novas associações de estudantes e por desenvolver uma atividade terrorista contra o movimento estudantil português;
- A 12.^a CIE
- solidariza-se integralmente com a luta heróica dos es-

tudantes portugueses que constitui um exemplo extraordinário da defesa do princípio da responsabilidade do estudante para com a sociedade;

- solidariza-se com todos aqueles a quem as perseguições políticas, as prisões, as expulsões e a recusa de participar da guerra colonial levaram ao exílio;
- A 12.^a CIE confere poderes ao Secretariado para:
 - em íntima colaboração com as organizações estudantis portuguesas encontrar os meios técnicos e financeiros necessários para permitir a participação dos estudantes portugueses nas manifestações organizadas no quadro da CIE;
 - dar às organizações estudantis portuguesas toda a assistência moral, técnica e financeira de modo a permitir-lhes a execução dos objetivos que se propõem;
 - por intermédio do FIEU conceder particular atenção à situação e aos problemas dos estudantes portugueses refugiados;
 - dar toda a assistência possível à realização de uma Reunião de Solidariedade aos estudantes portugueses, organizada de acordo com os critérios que presidiram à Conferência Europeia;
- A 12.^a CIE confere mandato a todas as Uniãos Nacionais para:
 - suspender todas as relações com a Mocidade Portuguesa e as Comissões Administrativas da Faculdade de Ciências de Lisboa e da Associação Académica de Coimbra;
 - assegurar a sua colaboração íntima com o Secretariado para a realização das tarefas de solidariedade acima mencionadas.

Pequenas Notícias

Na Marinha de Guerra reina crescente descontentamento entre os marinheiros, revoltados com a insignificância do aumento que lhes foi concedido.

A guarnição do posto fronteiriço do Caia, próximo de Elvas, ao ter conhecimento do subsídio que o governo lhe concedera, atendendo reivindicações insistentes do pessoal das fronteiras, achou o aumento tão ridículo que fechou o posto e emigrou clandestinamente e em bloco.

Na praia de Rei, na Caparica, está sendo construída uma base de mísseis da NATO.

Ultima Hora

O Povo suéco contra Salazar

Estocolmo (Do correspondente) — Uma delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional visitou de 26 de fevereiro a 8 de março a Suécia e a Noruega numa missão política que foi coroada do maior êxito.

Neste país, a delegação — composta por Silas Cerqueira e por um membro da Conferência da FPLN — foi recebida pelo ministro das Comunicações Olof Palme, indigitado para primeiro-ministro caso o Partido Social Democrata ganhar as eleições, mantendo-se no poder. Um dos principais problemas tratados com esse membro do governo foi a participação do regime fascista e colonialista de Salazar na EFTA ao lado da Suécia e de outras democracias ocidentais. A delegação exprimiu claramente o seu desacôrdo e a reprobção da Oposição democrática a todos os laços políticos, econômicos ou militares que unem a ditadura salazarista a outros países europeus. Foi criticada igualmente a penetração crescente do capital privado sueco em Portugal e nas colônias, tendo o ministro Olof Palme esclarecido que tais investimentos eram bastante impopulares entre a opinião pública sueca.

A delegação manteve importantes conversações com todos os partidos políticos suecos: o Partido Comunista e o Partido Conservador. Em todas elas foi sublinhada a gravidade do terror fascista e da crise econômica, política e colonial do regime fascista, relatada a luta da Oposição no Interior e salientada a importância da unidade, situando-se o papel da FPLN nesse quadro. A delegação avisou-se igualmente com representantes sindicais e estudantis.

A conferência de imprensa dada pelos membros da delegação mereceu particular destaque nas colunas da imprensa de Estocolmo sendo muito favoráveis os comentários vindo a lume no “Svenska Dagbladet”, conservador, e no “Dagens Nyheter”, o jornal de maior tira-

O 31 de Janeiro em Paris

Comemorando a revolução de 31 de Janeiro de 1891, o Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal organizou em Paris uma sessão, na sala Fabian, a que compareceram muitas dezenas de emigrantes e refugiados políticos portugueses.

Presidiu o dr. Ramos da Costa, ladeado pelo nosso companheiro de redação Vitor Ramos (de passagem em Paris) pelo dr. Silas Cerqueira, pelo eng. Lopes Cardoso, pelo jornalista Veiga Pereira, pelo escritor Vicente Campinas e pelo nosso colaborador Tomaz Rato.

Durante a sessão, foram lidas uma saudação aos presos políticos e moções condenando o decreto sobre a deportação de presos políticos e a guerra do Vietnam. Todos os documentos foram aprovados por aclamação.

gem da Suécia, de tendência liberal. Os enviados da FPLN foram também entrevistados pela televisão, num programa que teve grande audiência, e por várias revistas.

Os delegados da FPLN compareceram ao Teatro Scala onde se acha em cena a já famosa peça de Peter Weiss: “Canção do Espantalho Lusitano”. Trata-se de uma obra artisticamente notável que tem merecido da crítica internacional as melhores referências. Para os democratas portugueses isso é tanto mais significativo quanto a peça é uma denúncia do colonialismo e fascismo salazaristas vendidos ao imperialismo. O tema central gira em torno da luta libertadora do povo angolano, mas determinadas réplicas aludem ao presídio de Peniche, havendo ainda descrições da “estátua”, Peter Weiss, aliás fez questão de receber em sua casa os delegados da FPLN que lhe agradeceram vivamente a sua solidariedade actuante à luta dos povos de Portugal e de Angola.

A visita da delegação coincidiu com a estada amedrontada em Estocolmo do ministro fascista Correia de Oliveira, mais conhecido pela alcunha de “His Master Voice”, que representou a ditadura salazarista na reunião comemorativa do 10.^o aniversário da EFTA.

Na Noruega, a visita dos delegados da FPLN foi igualmente muito proveitosa. Realizaram-se encontros com representantes da Central Sindical, do Partido Social Democrata, do Partido Liberal, do Partido Conservador, de organizações estudantis e do Partido Socialista do Povo. A conferência de imprensa dos delegados da FPLN foi noticiada com relevo pela imprensa.

N. da R. — A correspondência que acima publicamos explica-nos o motivo da vaga de anti-salazarismo que varre a Suécia e a que aludimos num comentário inserido na pág. 3. Os democratas portugueses têm fundados motivos para se sentirem jubilosos ante os resultados da acção de esclarecimento desenvolvida pela delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional que visitou a Suécia e a Noruega. Essa visita traduziu-se numa grave derrota para o fascismo salazarista e numa consequente vitória para as forças democráticas que o combatem.